

Notas Explicativas

Notas Explicativas Referente às Demonstrações Contábeis
em 31 de Dezembro de 2019

Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)

1. Contexto Operacional

1.1 Denominação, Natureza, Sede e Duração

O Instituto Agronômico de Pernambuco é uma empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco. O Instituto está situado na Avenida General San Martín, nº 1371, Bairro: Bonji, Recife-PE (sede).

O IPA é o responsável pela pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários incorporando as atividades de assistência técnica, extensão rural e de infraestrutura hídrica, no estado de Pernambuco. Gera e adapta a tecnologia agrícola, de forma a prestar assistência técnica e extensão rural prioritariamente aos agricultores de base familiar, realizar obras de infraestrutura hídrica e disponibilizar bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, buscando a elevação das condições de vida da sociedade pernambucana mediante o aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais do estado, procurando garantir a continuidade na renovação dos recursos renováveis e buscando assegurar a perenidade do fundo de fertilidade e o equilíbrio dos ecossistemas.

Desempenha as suas ações através de 12 (doze) Estações Experimentais, 12 (doze) Gerências Regionais, 2 (dois) Centros de Produção e Comercialização, 2 (dois) Centros de Treinamento Profissional e a sede. Seu acionista é o Governo do Estado de Pernambuco que detém a totalidade de suas ações.

1.2 Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para a emissão pela administração do IPA em 26 de junho de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

1.3 Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA são elaboradas com base no pressuposto de que o IPA está operando e continuará a operar em futuro previsível. Em função das obrigações passivas, o Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA apresentava em seus registros contábeis, na data de 31 de dezembro de 2019, uma liquidez geral negativa no montante de R\$ 4.353.135. Desta forma, a continuidade normal das operações do IPA dependerá de resultados futuros e/ou do aporte de recursos em montante suficiente para a reversão do quadro atual. A administração do IPA, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de que o Governo do Estado de Pernambuco terá responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor,

exceto se indicado de outra forma. O Instituto adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2019.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, por ser esta a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais, foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Apuração dos Elementos Patrimoniais e de Resultado: Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas são apurados de acordo com o regime de competência, atendendo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.4 Classificações de Curto e Longo Prazo: Os elementos das demonstrações que serão realizáveis (exigíveis) no prazo de 1(um) ano são demonstrados como circulantes, e os que possuem o prazo de realização (exigência) superior a 1 (um) ano estão representados no não circulante.

2.5 Sistema Contábil Utilizado: O sistema contábil utilizado é o eFisco (Sistema Cooperativo utilizado pela administração do Estado de Pernambuco), tendo em vista que o Instituto é dependente do tesouro estadual. O eFisco atende à contabilidade pública (conforme Lei nº 4.320/64), sendo assim, para atender a Contabilidade Societária (Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores), foram elaborados fora do eFisco, através de planilhas, demonstrativos conforme a norma societária: O Balanço Patrimonial, A Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A elaboração destes demonstrativos se deu através das contas contidas no eFisco ajustadas conforme as normas societárias.

2.6. Uso de Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Divergências com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.7 Tributação: Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

2.8 Imposto de Renda e Contribuição Social: O IPA em função das suas atividades operacionais, apura o imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido, considerando o lucro real anual.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa/bancos e aplicação de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos de caixa, bancos e conta poupança, representados pelo custo acrescido dos rendimentos vinculados às aplicações. As aplicações financeiras são classificadas no curto prazo e registradas pelo seu valor justo. A receita gerada pelos rendimentos das aplicações é reconhecida como receita financeira.

2.10 Contas a Receber: Os valores a receber de clientes estão mensurados pelo valor realizável, e são oriundos das vendas e prestação de serviços rotineiras da empresa.

2.11 Estoques: O estoque é mensurado pelo valor de custo, seguindo o disposto no Pronunciamento Técnico (CPC 16 R1 - Estoques), que determina como base de mensuração do estoque: o valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

2.12 Impostos e Contribuições a Recuperar: Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRPJ e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente.

2.13 Imobilizado: Os itens do imobilizado estão mensurados pelo seu valor de custo deduzido da depreciação do imobilizado. Instituto optou por não utilizar o valor residual para os imobilizados, de forma que ao final de sua vida útil, o valor contábil líquido dos bens registrados é zero. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas: a) edificações 4% a.a.; b) aparelhos, máquinas, equipamentos, móveis

e utensílios 10% a.a.; e c) veículos 20% a.a.

2.14 Fornecedores: A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da contratação de serviços e compra de outros materiais. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

2.15 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: As contas de obrigações trabalhistas e previdenciárias englobam salários e ordenados e seus encargos, pagos no mês seguinte ao qual foram incorridos e os recolhimentos decorrentes de obrigações patronais e empregatícias referentes à folha de pagamento, bem como as retenções na fonte relativas à prestadores de serviço (Pessoa Jurídica), as provisões de férias e seus respectivos encargos.

2.16 Provisões: São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso a prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em prazo superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

2.16.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Caso a prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em prazo superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

3. Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	320	200
Bancos	3.681.970	5.237.750
Poupança	63.630	106.406
Aplicações Financeiras	8.034.448	6.990.569
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	11.780.368	12.334.925

4. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Contas a Receber de Clientes		
Faturas/Duplicatas a Receber – Produtos	662.253	627.431

Faturas/Duplicatas a Receber - Prestação de Serviços	448.182	463.042
Outros Recebíveis de Clientes	119.648	109.588
Total Contas a Receber de Clientes	1.230.133	1.200.061

As faturas e duplicatas a receber derivados das receitas são controlados por setor interno do IPA, que acompanham os recebimentos, e realiza as cobranças, quando os mesmos não são realizados. Os outros recebíveis, se referem à cheques recebidos cheques para compensação futura e cheques que foram devolvidos, que se encontra em processo de cobrança.

5. Estoques

Estoques	2019	2018
Mercadorias para doação	2.267.004	334.717
Produtos para Pesquisa/Ensino	1.010.792	1.000.891
Almoxarifado - Material de Consumo	124.578	293.831
Outros almoxarifados	-	-
Produtos para Venda ou Revenda	29.932	17.488
Total Estoques	3.432.305	1.646.926

O estoque é composto por: Sementes (Mercadorias para Doação), Semoventes (Produtos para Pesquisa/Ensino e Venda), Material de Consumo (Almoxarifado) e Mudanças de Plantas (Produtos para Venda ou Revenda). O saldo na conta do estoque teve um aumento de aproximadamente 1.8 milhões em 2019, decorrente principalmente do aumento de sementes registradas na conta de mercadorias para doação. O estoque é mensurado pelo valor de custo, seguindo o disposto no Pronunciamento Técnico (CPC 16 R1 - Estoques), que determina como base de mensuração do estoque: o valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

6. Pagamentos Antecipados

Adiantamentos a Funcionários	2019	2018
Adiantamento de Salário (Empréstimo de Férias)	1.220.515	1.247.613
Adiantamento de Férias	249.241	258.712
Adiantamento de 13º Salário	18.492	14.573
Adiantamento de Salário Folha Sad	885	-
Adiantamentos Diversos Concedidos	372	2.441
Total Adiantamentos	1.489.505	1.523.339

O valor representado do Empréstimo de Férias, se referem aos valores emprestados aos funcionários no mês de gozo das férias e descontado em 10 parcelas nos meses seguintes, conforme acordo coletivo seguido pelo Instituto. O saldo apresentado, são parcelas que ainda não venceram ou que não foram descontadas nos seus

meses de competência.

7. Outros Recebíveis

	2019	2018
Outros Recebíveis		
Créditos Intra Orçamentários a Receber de RP	14.624.287	15.402.501
Suprimento de Fundos/ Repasse Institucional	64.289	245.946
Outros Créditos	1.207.123	-
Total Outros Recebíveis	15.895.700	15.648.447

Os valores registrados em Créditos Intra Orçamentários a Receber de RP, são provenientes de provisões de recursos a receber da SEFAZ/PE para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar na fonte de recursos do tesouro estadual.

8. Ativo fiscal corrente

	2019	2018
Ativo Fiscal Corrente		
IRRF a Compensar	2.039	-
IRPJ e CSLL a Recuperar/Compensar	629.809	629.809
COFINS a Recuperar/Compensar	152.186	152.186
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	33.122	33.122
INSS a Compensar	16.103	16.103
COFINS – Crédito Presumido	758.266	504.429
PIS – Crédito Presumido	164.940	109.807
Total Ativo Fiscal Corrente	1.756.465	1.445.456

Os créditos fiscais apresentados, em sua maior parte, são créditos apurados nas apurações de PIS e COFINS no regime não-cumulativo e impostos retidos na fonte de serviços prestados, ainda não compensados.

9. Outros Ativos Circulantes

	2019	2018
Outros Ativos Circulantes		
Depósitos de Cauções	6.687	6.687
Salário Família	459	475
Salário Maternidade	11.604	8.555
Pagamentos Indevidos	1.759	1.759
Total Outros Ativos Circulantes	20.509	17.476

10. Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	2019	2018
Depósitos para Recursos	436.484	504.135
Depósitos Judiciais	308.473	15.123

Os montantes registrados em Depósitos Judiciais se referem aos processos registrados junto à Justiça do Trabalho.

11. Imobilizado

Imobilizado	2019	2018
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	27.274.656	26.804.128
Bens de Informática	8.502.104	8.234.995
Móveis e Utensílios	3.152.752	3.145.712
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	1.337.441	1.337.441
Veículos	34.783.756	34.321.756
Outros Bens Móveis	660	660
Edificações em Geral	27.510.154	27.510.154
Terrenos sem Edificações	3.454.558	3.454.558
Bens Imóveis - Obras em Andamento	8.707.620	8.707.620
Bens Imóveis - Obras em Andamento a Classificar	85.309	85.309
Instalações	2.219.555	2.219.555
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(65.614.633)	(61.967.703)
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(10.965.403)	(10.149.564)
Total Imobilizado	40.448.529	43.704.621

Atendendo ao disposto no Pronunciamento Técnico (CPC 27 - Imobilizado) que dispõe que o imobilizado deve ser mensurado pelo método de custo ou método da reavaliação (valor justo), o IPA procedeu com a contratação de empresa de engenharia no ano de 2014 para avaliar os Terrenos, Edificações e Instalações. Os Laudos foram entregues em 2015, contendo valores reavaliados dos bens Imóveis do Instituto. Em 2017 foi feita uma nova reavaliação da sede do Instituto. Os resultados das avaliações de 2014 e 2017 encontram-se nos quadros abaixo:



INSTITUTO AGRÔNOMO
DE PERNAMBUCO

Terrenos:		
Descrição do Imóvel	Custo Histórico	Valor Atualizado
Arapipina	70.835,93	2.119.182,22
Arcoverde	195.997,16	13.127.855,09
Belém de São Francisco	67.038,30	618.258,26
Caruaru	60.198,62	3.855.270,61
Itambé	189.902,82	2.085.255,14
Petrolina	27.134,55	2.174.092,12
Recife – Sede	2.335.092,96	52.513.040,94
São Bento do Uma	124.424,07	3.276.980,02
Serra Talhada	240.550,36	17.366.797,38
Vertentes	-	378.602,67
Vitória	143.383,27	2.246.225,01
TOTAL	3.454.558,04	99.761.559,46

Edificações e Instalações:			
Descrição do Imóvel:	Custo Histórico: Instalações	Custo Histórico: Edificações	Valor Atualizado:
Arapipina	174.114,93	438.813,28	2.095.028,06
Arcoverde	259.169,53	779.956,21	2.813.102,96
Belém de São Francisco	98.125,67	167.414,21	907.181,62
Caruaru	120.167,23	485.530,48	1.946.586,81
Itambé	39.286,55	463.736,22	2.216.517,62
Petrolina	127.692,00	590.303,16	1.829.176,64
Recife – Sede	-	22.527.772,72	31.486.959,06
São Bento do Uma	402.875,35	317.645,40	3.829.894,23
Serra Talhada	859.376,53	1.260.206,95	3.610.714,05
Vertentes	99.566,43	68.688,04	770.479,75
Vitória	39.181,00	410.087,05	1.277.348,66
TOTAL	2.219.555,22	27.510.153,72	52.782.989,46

Considerando o Decreto Estadual nº 41.747, de 21 de maio de 2015, que obriga as empresas públicas e sociedades de economia mista adotarem as orientações técnicas emitidas pelo GTCon Estaduais. Seguindo a Orientação Técnica 01 (GTCon Estaduais), no que se refere a contabilização do valor justo dos ativos, menciona que o período de Utilização do Custo Atribuído para ajustar os valores subestimados dos ativos é o exercício a se encerrar em 31/12/2010, os valores justos dos ativos deveriam refletir a posição em 31/12/2009 e 01/01/2009. Devido à impraticabilidade de elaborar avaliações dos ativos que "retroagissem" às datas bases comparativas, foi permitido, exclusivamente na adoção inicial, a utilização do valor justo calculado em 31/12/2010 como base para os períodos correspondentes aos exercícios anteriores. (Fundamentação técnica -



ICPC 10). Portanto, não é possível adotar o custo atribuído em período posterior a 31/12/2010.

Desta forma, as empresas devem utilizar o pressuposto de retificação de erro, disciplinado pelo CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para ajustar os valores subestimados dos ativos. Porém, considerando a impraticabilidade da elaboração de laudo de avaliação que reproduzam o valor justo dos ativos em 31/12/2010, entende-se que a aplicação do pressuposto de retificação de erro torna-se inviável, e portanto a divulgação dos valores justos referentes aos ativos registrados subestimados devem ser divulgados em suas demonstrações financeiras (notas explicativas), o valor justo dos ativos, quando esses forem materialmente diferentes do valor contábil apurado pelo método de custo.

12. Outros Ativos Não Circulantes

O montante registrado nesta conta se refere a saldos registrados em 2007 referente a transição do sistema (Siafem) para o (eFisco), e outras reclassificações para melhor adequação. Apesar dos estudos realizados para descobrir a origem do saldo, ainda não se conseguiu regularizar totalmente o saldo.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores	12.520.892	12.996.942

Os valores correspondem em sua maioria as despesas de competência de Dez/2019 que ficaram para pagamento no exercício seguinte.

	2019	2018
Outras Contas a Pagar		
Depósitos de Terceiros	123.166	76.014
Contribuições de Programas de Governo	330.000	-
Diárias a pagar	1.126	3.634
Diárias	7.941	-
Transferências Voluntárias	300.000	190.000
Total Outras Contas a Pagar	762.233	269.648

O valor registrado em contribuições de Programas de Governo se refere a contribuições a pagar em instituições privadas, decorrente das operações de programas que o Instituto desempenha através dos convênios celebrados para custear estes programas.

As transferências voluntárias se referem aos valores de transferências a serem pagas a prefeituras municipais, decorrente dos programas que o Instituto participa, com recursos do tesouro estadual, através de convênios de despesas.

14. Obrigações com Pessoal e Encargos

	2019	2018
14.1 Obrigações com Pessoal		
Obrigações de Pessoal a Pagar	3.020.523	3.362.558
Consignações Retidas Sobre a Folha de Pagamento	1.034.604	931.997



INSTITUTO AGRONÔMICO
DE PERNAMBUCO

Pensão Alimentícia Retida Sobre a Folha de Pagamento	43.784	43.461
Vencimentos, Salários e Pensões Não Reclamados/Bloqueados	2.430	2.430
PECONSIG a Classificar/Distribuir	91.255	71.668
Total Obrigações com Pessoal	4.192.596	4.412.114

As contas de obrigações com pessoal englobam salários e ordenados, consignações sobre folha e pensão alimentícia, pagos no mês seguinte ao qual foram incorridas.

14.2 Obrigações Sociais e Encargos

	2019	2018
FGTS a Pagar	430.042	475.419
INSS - Contribuição Sobre Salários e Remunerações	1.640.936	928.250
INSS Retido Servidores Sobre Folha de Pagamento	485.896	273.652
INSS Retido Sobre Serviços de Terceiros/PF	14.405	1.140
INSS Retido Sobre Serviços de Terceiros/PJ	102.485	154.527
Total Obrigações Sociais e Encargos	2.673.763	1.832.988

As obrigações sociais e encargos, englobam FGTS e INSS sobre folha, como as retenções de INSS sobre prestações de serviços de PJ e PF, pagos no mês seguinte ao qual foram incorridos.

14.3 Provisões Trabalhistas

	2019	2018
Total Provisões Trabalhistas	8.720.310	5.308.032

As provisões trabalhistas estão compostas das provisões de férias, 13º salário e encargos, que são calculadas e lançadas com base no relatório fornecido pelo setor de recursos humanos da empresa.

15. Provisões Contingências

	2019	2018
Provisão para Contingências		
Provisão Para Indenizações Trabalhistas	874.973	794.452
Provisão Para Indenizações Cíveis	33.211	32.985
Total Provisões para Contingências	908.184	827.437

A provisão para contingências visa cobrir as estimativas de perdas para com as contingências trabalhistas e cíveis. Para a data base de 31 de dezembro de 2019, a administração do IPA solicitou de seus advogados contratados e do Núcleo Jurídico (NUJ), uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos advogados contratados e do Núcleo Jurídico (NUJ), a posição das ações trabalhistas e cíveis estava demonstrada da seguinte forma:

a) Ações trabalhistas: O prognóstico de perda provável estava estimado no montante de R\$ 558.881,27; O prognóstico de perda possível estava estimado no montante de R\$ 15.937.348,08.

b) Ações cíveis: O prognóstico de perda provável estava estimado no montante de R\$ 39.786,71. O prognóstico de perda possível estava estimado no montante de R\$ 4.226.642,93

A administração do IPA entende que, diante do relatório dos advogados contratados e revisão do Núcleo Jurídico (NUJ), a provisão para contingência consignada nos registros contábeis em 31 de dezembro de 2019, é suficiente para cobrir a estimativa de perda provável. Já o prognóstico de perda possível que ficou estimado no montante de R\$ 20.163.991,01, será monitorado e avaliado pela administração, de acordo com os resultados dessas ações.

16. Obrigações Tributárias

Obrigações Tributárias	2019	2018
ISS a Recolher	-	1.920
ISS	753	-
Taxa de Bombeiros a Pagar	-	2.470
IPTU a Recolher	-	53
Imposto de Renda Retido Sobre a Folha de Pagamento	480.863	271.251
Imposto de Renda Retido Sobre Serviços Prestados	35.206	27.802
COFINS/PIS/CSLL Retidos de Terceiros	86.914	76.209
Imposto Sobre Serviços Retido de PF E PJ	93.250	117.853
INSS Terceiros PF a Pagar	-	50.000
Total Obrigações Tributárias	696.985	547.558

Corresponde a impostos e contribuições a pagar sobre o faturamento e retidos sobre serviços de terceiros.

17. Passivo Fiscal Diferido

Tributos Federais Diferidos	2019	2018
Provisão Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.566.583	1.668.013
Total Tributos Federais Diferidos	1.566.583	1.668.013

Correspondem a provisão de IRPJ e CSLL sobre a Reserva de Reavaliação.

18. Outros Passivos Circulantes

Outros Passivos Circulantes	2019	2018
Adiantamentos de Clientes	49.742	42.939
Créditos Bancários a Regularizar	195.376	251.012
Auxílio a Pagar	80.000	-
Outras Obrigações Contributivas a pagar	184	-
Transferências Voluntárias a Pagar	83.191	83.191
Outras Contas a Pagar	-	138.585
Total Outros Passivos Circulantes	408.493	515.727

19. Operações de Convênios

Operações de Convênios	2019	2018
Operações de Convênios – Passivo	8.395.389	9.125.720
Operações de Convênios – Ativo	142.350	142.801

O saldo passivo corresponde às obrigações por convênios, contratos e termos de parcerias. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos apresentados nesta conta são os recursos liberados pelas Concedentes com ou sem contrapartida do Conveniente IPA e/ou Governo do Estado de Pernambuco e estão no aguardo apenas da execução orçamentária e posterior prestação de contas.

O saldo ativo corresponde às obrigações por convênios, contratos e termos de parcerias. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos apresentados nesta conta são as despesas executadas que aguardam a liberação dos recursos pelas Concedentes ou contrapartida do Conveniente IPA através de recurso aportado pelo Governo do Estado de Pernambuco.

Devido a falta de orçamento para rubrica de devolução de convênio, alguns convênios ainda apresentam saldo a ser executado na contabilidade, mesmo quando já teve sua prestação de contas concluída pela concedente.

De acordo com o Núcleo de Acompanhamento de Convênios – NUV, em 31 de dezembro de 2019 existiam 16 (dezesseis) convênios em execução, os quais estão discriminados abaixo:

a) Convênio Nº 732208/2010

Convênio celebrado com a concedente a EMBRAPA, objetivando incrementar o programa de melhoramento do IPA focando a conservação e caracterização de germoplasmas visando ao desenvolvimento, caracterização, avaliação, seleção e recomendação de espécies vegetais e animais para diferentes ambientes de Pernambuco. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Dezembro de 2020.

b) Convênio Nº 776799/2012

Convênio celebrado com a concedente EMBRAPA, objetivando a modernização da infraestrutura laboratorial do IPA, Herbário Dárdano de Andrade Lima, referência no Brasil para a flora do bioma Caatinga. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Dezembro de 2020.

c) Convênio Nº 780897/2012

Convênio celebrado com a concedente MAPA, objetivando melhorar a infraestrutura de produção do tomateiro com a instalação de estufas; implementar infraestrutura de armazenamento de material genético de forma a garantir sua qualidade. A data de término de vigência atual do Convênio é 23 de fevereiro de 2019.

d) Convênio Nº 788266/2013

Convênio celebrado com a concedente MAPA, objetivando disponibilizar ações de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Pesqueira e Aquícola – Etapa para pescadores e aquicultores de base familiar em Municípios dos Territórios Rurais do Estado de Pernambuco. A data de término de vigência atual do Convênio é 14 de agosto de 2020.

e) Convênio Nº 796591/2013

Convênio celebrado com a concedente MDA, objetivando adquirir equipamentos para apoiar a estruturação e o fortalecimento institucional na prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nas comunidades rurais formadas por agricultores do PRONAF de Municípios dos Territórios Rurais de

Pernambuco. Modernizar e fortalecer a infraestrutura dos laboratórios do IPA. A data de término de vigência atual do Convênio é 14 de fevereiro de 2019.

f) Convênio Nº 797483/2013

Convênio celebrado com a concedente EMBRAPA, objetivando a Modernizar e fortalecer a infraestrutura dos laboratórios do IPA. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de Dezembro de 2020.

g) Convênio Nº 803305/2014

Convênio celebrado com a concedente MI, objetivando Construção de duas passagens molhadas nos Distritos de São João dos Gaíes e Bernardo Vieira, no Município de Serra Talhada-PE, para viabilizar o escoamento da produção agrícola. A data de término de vigência atual do Convênio é 09 de dezembro de 2020.

h) Convênio Nº 826132/2015

Convênio celebrado com a concedente CODEVASP, objetivando a recuperação e limpeza de aguadas em comunidades rurais nos Municípios de Belém do São Francisco, Buíque, Carnaubeira, Floresta, Ibitimir, Itacuruba, Jatobá, Petrolina, Santa Maria de Boa Vista, São José do Belmonte, Serra Talhada, Tacaratu e Trindade-PE. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de dezembro de 2020.

i) Convênio Nº 837136/2016

Convênio celebrado com a concedente MAPA, objetivando apoiar e promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das unidades produtivas dos médios produtores rurais do Estado de Pernambuco identificados através de pesquisa elaborada para o PROATER, com a prestação de um serviço de ATER qualificado e a capacitação desses produtores para terem acesso à novas tecnologias, adequando ambientalmente suas unidades produtivas e buscando o aumento da produção e da produtividade e a geração de empregos e de renda, com a inserção de gênero e geração. A data de término de vigência atual do Convênio é 28 de dezembro de 2019.

j) Convênio Nº 839156/2016

Convênio celebrado com a concedente MAPA, objetivando a aquisição de veículos e computadores para atendimento a agricultores(as) familiares do Estado de Pernambuco. A data de término de vigência atual do Convênio é 31 de dezembro de 2018.

k) Contrato de Repasse Nº 787579/2013

Contrato de Repasse celebrado com a concedente MAPA, objetivando o apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, através de cultivo protegido por meio de estufas. A data de término de vigência atual do Convênio é 28 de junho de 2018.

l) Convênio Nº 0605/2016

Convênio celebrado com a concedente FINEP, objetivando o Centro de Laboratórios Multiusuários do Instituto Agrônomo de Pernambuco. Consolidar uma infraestrutura de laboratórios multiusuários para oferecer apoio, seja na qualidade e na quantidade de atividades de pesquisa e inovação, de capacitação de recursos humanos e de prestação de serviços técnicos especializados ao público interno e externo. A data de término de vigência atual do Convênio é 18 de junho de 2023.

m) Termo de Parceria Nº 009/2017

Termo de Parceria celebrado com a concedente ANATER, objetivando a execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a agricultores familiares no Estado de Pernambuco, no âmbito do Projeto D. Helder Câmara e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural –ANATER. A data de término de vigência atual do Convênio é 13 de julho de 2020.

n) Convênio Nº 006/2017

Convênio celebrado com a concedente AD-DIPER, objetivando o apoio ao fortalecimento do artesanato

produzido com matéria originária da bananeira, na Vila Cruangi, no Município de Timbaúba-PE, e na comunidade do Sítio Siqueira, no Município de Machados-PE. A data de término de vigência atual do Convênio é 30 de novembro de 2018.

20. Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2019	2018
Capital social	25.601.618	25.601.618
Reservas de lucro	23.593.888	23.593.888
Demais Reservas	4.960.845	5.282.041
Lucros e Prejuízos Acumulados	(13.821.761)	(6.046.478)
Prejuízo do Exercício	(4.235.139)	(7.747.883)
Total Patrimônio Líquido	36.099.452	40.683.186

20.1 Capital Social

Composta pelo Capital Integralizado em 31/12/2019, do Capital Social subscrito exclusivamente pelo Governo do Estado de Pernambuco no valor de R\$ 25.601.618,21.

20.2 Reservas

Reservas de Lucro: composta pela reserva de incentivos fiscais que totalizam R\$ 23.593.888,27.

Reservas de Reavaliação: saldo referente a reavaliação de bens imóveis, que vem sendo realizada ao longo dos períodos.

20.3 Ajuste de Exercícios Anteriores

Os valores referem-se à retificação de erros de exercícios anteriores, uma vez que foi detectado que foram realizados lançamento indevidos ou em duplicidade nas contas de clientes e contas a pagar. Seguindo orientação a CPC – 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para não distorcer o resultado do período corrente, os valores foram lançados contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, para ser computado junto a conta de lucros/prejuízos acumulados. Não foi realizada provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, uma vez que os valores não reverterem o prejuízo dos períodos em questão.

21. Lucro Bruto

	2019	2018
Receita Venda de Serviços	511.292	558.615
Receita Venda de Produtos	1.128.420	1.534.129
Receita Bruta	1.639.712	2.092.744
Imposto Incidentes Sobre Vendas	(92.942)	(120.855)

Vendas Canceladas e Descontos	-	(24.248)
Receita Líquida	1.546.770	1.947.640
Custo dos Serviços/Produtos	(833.685)	(1.535.655)
Lucro Bruto	(713.086)	(411.985)

Receita da Venda de Serviços e Produtos

As Receitas decorrentes da venda de serviços se referem a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos, bem como, estudos e pesquisas.

As receitas da venda de produtos se referem as vendas de produtos agropecuários, vegetais, animais e derivados.

Impostos Incidentes Sobre as Vendas

Os impostos incidentes sobre as vendas são compostos pelo ICMS, ISS, PIS/PASEP e COFINS.

Custo dos Serviços e Produtos

Os custos incorridos no período são os custos relacionados a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos, bem como, estudos e pesquisas, e a venda de produtos agropecuários, vegetais, animais e derivados. Sendo eles: aquisição e gastos dos animais, sementes, produtos agropecuários e agrícolas, tais como: alimentos para animais, bem como materiais de uso veterinário, serviços laboratoriais, materiais farmacológicos, hospitalar e laboratorial, material de acondicionamento, embalagem dos produtos agrícolas, entre outros.

22. Resultado Antes dos Impostos

Transferências Financeiras Recebidas do Governo

As transferências financeiras recebidas referem-se aos ingressos de recursos feitos pelo Governo para custeio das atividades e programas desempenhados pelo Instituto e as provisões de subvenções a receber para executar as atividades do Instituto.

No exercício de 2019, devido ao contingenciamento de despesas do Estado de Pernambuco e a diminuição de alguns programas de governo, foi reduzido aproximadamente 3 milhões de transferências financeiras recebidas, se comparado ao exercício de 2018.

Outras Receitas

O saldo evidenciado em outras receitas se referem as receitas incorridas no período que não estão diretamente ligadas às atividades principais do Instituto, sendo elas: realização da reserva de reavaliação, taxas de ocupação em algumas estações experimentais, multas administrativas, doações recebidas não governamentais, entre outras.

Despesa com Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal se referem aos valores pagos em salários e vencimentos, auxílios, indenizações, e outras despesas com pessoal. Os encargos se referem a contribuição Patronal (INSS) e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Despesas com Programas do Governo

As despesas decorrentes dos programas de governo são os gastos com os programas específicos de ações que o Instituto desenvolve no Estado de Pernambuco, tais como: materiais de distribuição

gratuita (sementes, produtos agrícolas e outros produtos agrícolas), fretes de transporte de água para os municípios necessitados em caráter de emergência, e outros.

Em 2019 os valores gastos com programas de governo reduziram devido a escassez de recursos disponíveis para execução de tais ações. Aproximadamente 1,5 milhões foram reduzidos referentes aos Programas de Governo comparados a 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas registram os valores gastos com energia elétrica, telefonia, material de consumo, expediente, manutenção de bens e instalações, locação de mão-de-obra administrativo, operacional, depreciação, entre outros.

O instituto no exercício de 2019, não apresentou variações significantes neste grupo, conseguindo manter as despesas correntes nos mesmos valores aproximados.

Despesas Tributárias e Contributivas

As despesas Tributárias e Contributivas se referem aos impostos e taxas municipais, estaduais e federais, tais como, taxa de bombeiro, IPTU, Taxa do DETRAN, Seguro DPVAT, CIM, entre outros.

Líquido de Convênios

O Resultado líquido de convênios é composto pelo ingresso de recursos obtidos através dos convênios celebrados junto ao Instituto, deduzidos das despesas de convênios.

Receitas Financeiras/Despesas Financeiras

As receitas financeiras são os rendimentos bancários referentes às aplicações financeiras, as despesas financeiras são os valores referentes aos serviços bancários.

Líquido de Provisão/Reversão de Contingências

Saldo líquido entre as provisões de contingências e suas reversões que ocorrem pelos ajustes realizados decorrentes das atualizações nas causas judiciais e processos cíveis.

23. Prejuízo do Exercício

	2019	2018
Resultado antes dos impostos	(4.235.139)	(7.747.883)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Lucro/Prejuízo do exercício	(4.235.139)	(7.747.883)

24. Eventos Subsequentes

A Administração Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2019 até a data da autorização para conclusão das referidas demonstrações em 26 de junho de 2020, não tem conhecimento de fatos relevantes que possam afetar as demonstrações contábeis. Como evento subsequente destacamos os itens 24.1 ao 24.3, que tratam das alterações dos prazos da legislação societária, como também o novo prazo para apresentação da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e a adoção do trabalho remoto pelo Governo do Estado de Pernambuco.

24.1. Medida Provisória 931 para enfrentamento da COVID-19

Devido a pandemia causada pelo COVID-19, foi emitida a Medida Provisória 931, de 30 de março de 2020, que em seu Art. 1º alterou os prazos para realização da assembleia geral ordinária, reuniões dos conselhos e prestações de contas das entidades.

“Art. 1º A sociedade anônima cujo exercício social se encerre entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020 poderá, excepcionalmente, realizar a assembleia geral ordinária a que se refere o art. 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no prazo de sete meses, contado do término do seu exercício social.

§ 1º Disposições contratuais que exijam a realização da assembleia geral ordinária em prazo inferior ao estabelecido no caput serão consideradas sem efeito no exercício de 2020.

§ 2º Os prazos de gestão ou de atuação dos administradores, dos membros do conselho fiscal e de comitês estatutários ficam prorrogados até a realização da assembleia geral ordinária nos termos do disposto no caput ou até que ocorra a reunião do conselho de administração, conforme o caso.

§ 3º Ressalvada a hipótese de previsão diversa no estatuto social, caberá ao conselho de administração deliberar, ad referendum, assuntos urgentes de competência da assembleia geral.

§ 4º Aplicam-se as disposições deste artigo às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às subsidiárias das referidas empresas e sociedades.”

Com a mudança, as Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, tiveram seus prazos estendidos para conclusão das suas contas de gestão e apresentação das demonstrações contábeis com suas aprovações, que podem ser apresentados até o final de julho/2020.

24.2. Apresentação da prestação de contas

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, considerando a necessidade de adoção de medidas para mitigação dos efeitos provocados pelo combate à propagação da COVID-19 e para preservação da saúde dos agentes públicos e demais envolvidos com as atividades atinentes à apresentação das prestações de contas anuais ao TCE-PE, referentes ao exercício de 2019, por meio da Resolução TC Nº 76, de 16 de março de 2020, aprovou o Art. 1º-A, com o seguinte teor:

“Art. 1º-A O termo final do prazo para apresentação das contas anuais das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, referentes ao exercício de 2019, previsto no inciso VI do artigo 3º da Resolução TC nº 11, de 8 de outubro de 2014, fica, excepcionalmente, prorrogado para o dia 15 de agosto de 2020. [Redação dada pela Resolução TC nº 82, de 16 de abril de 2020]” A administração do Instituto considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridos em 31 de dezembro de 2019 até a data da aprovação para conclusão das referidas demonstrações, e por conseguinte, entendeu que não há quaisquer fatos relevantes que possam afetar as demonstrações contábeis.

24.3. Medidas para enfrentamento da COVID-19

O Governo do Estado de Pernambuco, por meio Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, regulamentou, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Em decorrência das medidas temporárias para o enfrentamento do coronavírus, estabelecidas no Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, a administração do Instituto Agronômico de Pernambuco –IPA, adotou a prática do trabalho remoto para aquelas atividades cuja presença física não fosse considerada imprescindível.

25. Informação Complementar

Informações complementares sobre Interesse Público – Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI.

No exercício de 2019 o Instituto apresentou na LOA os principais programas relativos a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, as quais resumimos a seguir:

Programa: 0030 – Apoio às Ações de Conveniência com o Semiárido

Beneficiar a populações residentes na região semiárida que sofrem com os efeitos das estiagens, promovendo a ampliação e melhoria da oferta de água para o consumo humano e animal.

Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

Ação: 1181 - Ações Assistenciais as Populações Atingidas pelas Estiagens a Cargo do IPA

Minimizar os efeitos da estiagem sobre as populações atingidas pela seca no semiárido pernambucano, através de abastecimento de água por meio de Carros-Pipa]. No exercício de 2019 não foi apresentada execução orçamentaria para esta ação, apenas pagamento de restos a pagar de exercício anterior. Salientando que a referida atividade foi encerrada no referido exercício de 2018, não sendo mais o Instituto responsável pela prestação de serviço de carro pipa no estado de Pernambuco.

Ação : 4074 - Ampliar o Acesso a Água para Famílias no Meio Rural

Executar obras de infraestrutura hídrica rural, visando apoiar o desenvolvimento rural de Pernambuco, especificamente na Região do Semiárido, através de melhoramento da infraestrutura hídrica rural, perfuração e instalação de poços e construção de açudes de pequeno porte. No exercício de 2019, foi executado R\$ 3.339.891,44, incluindo emendas parlamentares estaduais nas ações para ampliar o acesso de água para famílias no meio rural.

Programa: 0423 - Apoio ao Desenvolvimento Agrário

Contribuir para redução da pobreza rural com a promoção e a modernização tecnológica da produção rural, em bases sustentáveis, aperfeiçoando a geração e a democratização do conhecimento com a assistência técnica focada na agricultura familiar e ampliar a oferta de água no campo, visando a elevação do nível socioeconômico dos produtores rurais no Estado. Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

Ação: 2440 - Produção de Bens e Serviços Agropecuários

Produzir, adquirir e ofertar bens e serviços de qualidade, visando o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Estado, através de produção de animais, mudas e sementes; pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica para o setor rural; prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural; prestação de serviços laboratoriais. No exercício de 2019, foi executado um montante de R\$ 4.530.068,53, de despesas reconhecidas no exercício, incluindo emendas parlamentares estaduais.

Ação: 2502 - Apoio à Reestruturação da Pecuária de Leite em Pernambuco

Elevar a competitividade dos sistemas de produção por meio de ações de pesquisa e inovação e assistência técnica e extensão rural, com o foco na melhoria da qualidade do leite e de seus derivados, através de apoio à revitalização da palme no semiárido pernambucano; apoio à produção estratégica de forragem; apoio ao manejo sustentável dos rebanhos. No exercício de 2019, foi executado valores de 4.149,00 nesta ação, por falta de liberação financeira pela SEFAZ/PE.

Ação: 2503 - Apoio à Produção de Pequenos Animais

Oportunizar ao produtor rural melhoria de sua produção e produtividade na caprinocultura, ovinocultura, apicultura, galinha de capoeira, peixe e camarão objetivando o aumento da renda familiar, competitividade de mercado e inclusão social, através de melhoramento genético do rebanho dos pequenos pecuaristas; apoio à produção estratégica de alimentação volumosa; capacitação de agricultores em sistema sustentáveis de produção. No exercício de 2019, não foi executado valores nesta ação, por



falta de liberação financeira pela SEFAZ/PE.

Ação: 2505 - Apoio à Produção do Desenvolvimento de Frutas e Hortaliças

Contribuir para o aumento da produtividade e beneficiamento de frutas e hortaliças de maior expressão social e econômica dos agricultores familiares de Pernambuco, através da recuperação da agricultura urbana e periurbana; produção de mudas propagadas in vitro - vitroplantas – biofábrica; apoio ao desenvolvimento e inovação tecnológica para frutas e hortaliças. No exercício de 2019, não foi executado valores nesta ação, por falta de liberação financeira pela SEFAZ/PE.

Ação: 2508 - Apoio à Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável de Pernambuco priorizando a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, através da disponibilização de suporte técnico à migração para sistemas agroecológicos e para diversificação de culturas; implantação de programa estadual de agroecologia e produção orgânica; elaboração de projetos qualificadores e estruturadores de conservação ambiental. No exercício de 2019, não foi executado valores nesta ação, por falta de liberação financeira pela SEFAZ/PE.

Programa: 1022 - Inclusão Produtiva do Homem do Campo

Fortalecer a agricultura familiar, através da melhoria das condições da produção agrícola dos agricultores familiares, com vistas ao aumento da renda e a melhoria das condições de segurança alimentar. Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

Ação: 2506 - Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania

Incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, principalmente, mulheres e jovens na perspectiva de proporcionar a profissionalização e fomentar o empreendedorismo rural. Esta ação, constituída por um conjunto de atividades, deverá contribuir para a inserção produtiva e social de agricultores familiares, com a geração de renda e emprego, capazes de impactar positivamente na avaliação de resultado, por meio da produtividade, através da definição e implantação de projetos focados na participação das mulheres e jovens; programa federal de aquisição de alimentos da agricultura familiar – PAA; programa estadual de aquisição de alimentos - PAA estadual. No exercício de 2019, foi executado o valor de R\$ 444.376,94, incluindo emendas parlamentares estaduais.

Ação: 3258 - Fortalecimento da Agricultura Familiar

Fortalecer a agricultura familiar, através da melhoria das condições da produção agrícola dos agricultores familiares, com vistas ao aumento da renda e a melhoria das condições de segurança alimentar, através da aquisição e distribuição de sementes; terra pronta - preparo do solo; apoio à produção de alimentos básicos. No exercício de 2019, foi executado o montante de R\$ 3.850.499,98, incluindo emendas parlamentares estaduais.

Programa: 1040 - Programa de Desenvolvimento Sustentável - Enfoque Territorial e Transversalidade do Meio Ambiente - PRORURAL

Contribuir para o equilíbrio socioeconômico e sustentável ambiental do Estado de Pernambuco, por meio do apoio à implementação de uma nova abordagem do desenvolvimento regional integrada, territorial e participativa. Para execução do programa foram executadas as seguintes ações:

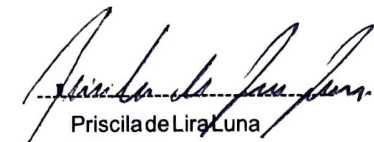
3721 - Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas de Convivência com os Biomas

Recuperar ambientes degradados, combater a desertificação e ampliar a utilização de energias alternativas. No exercício de 2019, foi executado o valor de R\$ 356.144,03, para desenvolvimento desta ação.



INSTITUTO AGRONÔMICO
DE PERNAMBUCO

Recife 31 de dezembro de 2019


Priscila de Lira Luna
Contadora
CRC-PE nº 018184/O-6


Odaely Amorim de Souza
Diretor Presidente